

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 31/03/2016

- [Escola Nacional de Socioeducação realiza curso online sobre Justiça e Práticas Restaurativas](#)
- [Casais quebram barreiras com adoção tardia e de grupos de irmãos](#)
- [Grupo dissemina terapias alternativas para bebês com microcefalia](#)
- [Filha de vereador de município na Mata Sul de PE desaparece, diz família](#)
- [STF pode decidir sobre aborto em casos de microcefalia](#)
- [Evento em Porto Alegre vai debater perspectivas relacionadas à alienação parental](#)
- [Pernambuco terá espaço voltado a vítimas de violência e seus filhos](#)
- [Em parceria com UNAIDS, 'Malhação' terá série original no Gshow sobre casais sorodiferentes](#)
- [Um recomeço para os refugiados sírios no Brasil](#)
- [ONU celebra plano adotado pelo Sudão para acabar com recrutamento de crianças pelas forças armadas](#)
- [Programa Artigo 5º debate reabilitação de menores](#)
- [Nova edição da Jurisprudência em Teses aborda medidas socioeducativas](#)

**Assunto:** Escola Nacional de Socioeducação realiza curso online sobre Justiça e Práticas Restaurativas

**Fonte:** Portal Terre des Hommes

**Data:** 31/03/2016



A Escola Nacional de Socioeducação (ENS), entidade mantida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), abrirá de 11/04 até 24/04 as inscrições para o curso de Educação a Distância (EAD), sobre o tema **Justiça e Práticas Restaurativas**.

O curso é gratuito e terá 60 horas/aula, tem previsão de início em 02 de maio, com término previsto para 26 de julho. A previsão é que em 2017 uma segunda turma seja aberta, mas desta vez as aulas serão presenciais e terá como tema somente as Práticas Restaurativas.

As inscrições poderão ser realizadas no período de 11/04/2016 a 24/04/2016 por meio do endereço eletrônico <http://sinase.ceag.unb.br/ensapp/index.php/curso/inscrever/2/1/C>

O curso terá início em 02/05/2016 com término previsto para 26/06/2016.

- Carga horária: 60h
- Vagas: 1000
- Certificação: Universidade de Brasília/Escola Nacional de Socioeducação

Requisitos mínimos para inscrição:

- Profissionais atuantes no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, com declaração de veracidade da informação;
- Ensino Médio completo.

Dúvidas, favor contatar a Secretaria da ENS, no email: [secretaria.sinase@gmail.com](mailto:secretaria.sinase@gmail.com)

**Assunto: Casais quebram barreiras com adoção tardia e de grupos de irmãos**

**Fonte: CNJ**

**Data: 31/03/2016**



Luciana Aragão recebeu a notícia de que quatro irmãos estavam disponíveis para adoção um mês depois que descobriu estar grávida de seu segundo filho. Mas isso não foi motivo para que desistisse da adoção e, hoje, mãe de seis crianças, só tem motivos para comemorar a decisão. Casos como esse ainda são exceções, e abarcam os dois principais entraves da adoção atualmente: a adoção tardia e de grupos de irmãos. Hoje, dentro do Cadastro Nacional de Adoção

(CNA), coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem 6.405 crianças cadastradas, sendo que 5.040 têm idade entre sete e 17 anos e 67,37% possuem irmãos. Em contrapartida, dos 35.127 pretendentes cadastrados, apenas 2.475 aceitam crianças com idade entre sete e 17 anos e 29,66% aceitam adotar irmãos.

No total, em 2014, foram efetivadas 1.100 adoções por meio do CNA, sendo que, destas, 252 foram de crianças com idade entre sete e 17 anos - ou seja, 22,9% -, proporção que apresentou queda no ano seguinte. Em 2015, das 1.261 adoções efetivadas pelo CNA, 207 - ou 16,41% - foram de crianças entre 7 e 17 anos.

Segundo o Cadastro Nacional de Crianças Abrigadas (CNCA), existem 27.262 crianças com idade entre sete e 17 anos vivendo em um dos 3.872 abrigos espalhados pelo país. Essas crianças, em sua maioria, ainda não estão aptas para entrar no CNA por conta de pendências judiciais.

A inadequação das crianças disponíveis para adoção ao perfil desejado pelos pretendentes faz com que muitas crianças passem anos nos abrigos, à espera de uma família. Em 2014, quando seu filho biológico tinha oito anos, Luciana Aragão, funcionária dos Correios em Brasília e que estava há três anos na fila da adoção, recebeu uma ligação da Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal perguntando se o casal tinha interesse em conhecer quatro irmãos, com idades entre 1 e 7 anos. Segundo Luciana, os profissionais da Vara ficaram surpresos ao verem que, mesmo Luciana estando grávida de dois meses, aceitou prontamente tentar a adoção dos irmãos, que estavam há dois anos vivendo em um abrigo. “A adoção tem que vir de um desejo grande de ser pai e mãe. Somos muito felizes com eles”, conta Luciana.

**Adaptação** - Desde o primeiro dia em que o mais velho dos irmãos adotivos conheceu o casal e seu futuro irmão, ele passou a dormir, no abrigo, com a foto dos três embaixo do travesseiro. Já no primeiro dia de convivência chamava Luciana de mãe. “Foi um processo complexo e meu filho mais velho foi uma peça-chave para a adaptação das crianças, juntou-se rapidamente com o menino de sete anos, tornaram-se muito companheiros”, conta Luciana. O casal aceita com naturalidade que o filho adotivo mais velho conte suas memórias do passado e se surpreendeu ao ver que, mesmo as privações que o menino passou, são encaradas por ele de forma positiva. “São as histórias dele, nunca evitamos e nem reforçamos o assunto”, diz.

**União** – “Nasceram nossos filhos”, foi o que disse a empresária Nelly Carretero, quando contou ao seu marido que havia recebido uma ligação do Fórum de Sorocaba (SP), em novembro de 2001, avisando que dois irmãos, de cinco e seis anos, estavam aptos para adoção. Um ano antes, o casal havia perdido o seu filho biológico de sete anos, vítima de um atropelamento. A filha mais velha, à época com nove anos, insistia para que a família, embora muito abalada, não abandonasse o desejo de adotar uma criança.

Quando conheceu as crianças no abrigo, a identificação foi grande e Nelly teve que segurar o desejo de levá-los para casa naquele momento, o que ocorreu meses depois. A experiência com a adoção dos irmãos foi tão positiva que, depois de sete anos, o casal adotou mais um menino de nove anos. “Os quatro são muito unidos, e o tratamento que demos a eles foi sempre igual”, conta.

**Pouco estímulo** - Embora não tenham tido dificuldades em relação à criação de vínculo afetivo com as crianças, tanto Luciana quanto Nelly tiveram que se esforçar para recuperar o aprendizado e educação das crianças, que foram pouco estimuladas nos abrigos. “Imagine uma criança de seis anos que não sabe ainda a diferença entre dia e noite, que se assusta com a escada rolante do shopping e nunca tinha entrado em um mercado”, conta Luciana. Desde que foram adotados, as quatro crianças contam com acompanhamento de psicólogo e fonoaudiólogo.

Nelly também enfrentou a mesma dificuldade com seus filhos adotivos, que descobriram um mundo novo ao chegarem em casa. “Eles não conheciam as cores e nem os dias da semana, eram institucionalizados, pouco estimulados”, diz. Outro problema foi o comportamento agitado do filho mais velho que, segundo ela, foi ficando mais tranquilo ao longo do tempo. “Não importa o que eles trazem, nós é que formamos a índole, eles absorvem o exemplo de honestidade e responsabilidade que têm em casa”, conta Nelly.

**Mudanças na rotina** - Hoje a rotina da família de Luciana começa às 5h30, quando os pais levantam para preparar as seis lancheiras da escola. “Nosso estilo de vida mudou totalmente e o nosso salário vai todo para as crianças, não temos babá e cortamos viagens”, diz. Nelly já passou por essa fase, mas conta que em três meses após a adoção das crianças seus cabelos ficaram totalmente brancos. Hoje seus filhos têm entre 16 e 25 anos e trabalham com os pais em uma empresa de dedetização e imunização. Para ela, o tabu de que é problemática a adoção de crianças mais velhas não deveria existir. “Hoje tenho um orgulho enorme deles, são carinhosos e trabalhadores, me sinto uma mãe abençoada”, conta Nelly.

**CNA** – Em 2015, o CNA foi reformulado, simplificando operações e possibilitando cruzamento de dados mais rápido e eficaz. No entanto, o cadastro pode não refletir o número total de adoções realizadas, já que nem todas são informadas pelos magistrados à Corregedoria Nacional de Justiça.

**Assunto: Grupo dissemina terapias alternativas para bebês com microcefalia**

**Fonte: Portal G1 PE**

**Data: 31/03/2016**



Massagem é uma das técnicas usadas para aliviar desconforto de bebês. Brasil tem mais de 900 casos de microcefalia confirmados.

Daniele Santos queria apenas poder confortar seu filho, Juan Pedro, de três meses de idade, um dos cada vez mais numerosos bebês brasileiros nascidos com má-formação ligada ao vírus da zika, que infectou sua mãe durante a gravidez.

O choro constante e estridente de Juan Pedro, uma das características de crianças nascidas com microcefalia, levou a sua mãe ao desespero.

De acordo com Daniele, o desassossego do menino é tão intenso que levou seu marido a abandonar a família.

O bebê está recebendo um tratamento convencional em um hospital do Recife, em Pernambuco, Estado brasileiro com maior número de casos da doença associada ao vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*.



**Terapeuta ensina Daniele Santos a fazer a massagem shantala em seu filho, que nasceu com microcefalia**



**Tradicional massagem indiana chamada shantala é uma das técnicas usadas para aliviar desconforto de bebês com microcefalia**

Mas a medicina moderna não tem bastado para Daniele e muitas outras mães, e foi em função disso que surgiu um tipo de terapia de grupo maternal chamada "Espaço para ser Mãe", cuja meta é levar alívio a Daniele e outras.

As instrutoras do grupo realizaram dois workshops gratuitos este mês no Recife para as mães, predominantemente pobres, de crianças com problemas de nascença relacionados ao vírus da zika, ensinando

técnicas naturais para apaziguar as crianças.

Entre elas está uma massagem indiana tradicional para bebês conhecida como shantala, o canguru que mantém o bebê bem firme ao peito materno para conforto ao longo do dia e um balde especialmente desenhado para banhos quentes que imita o ventre materno.

Daniele agora recorre à massagem, ao canguru e aos banhos todos os dias.

"O choro dele ficou menos agudo depois das massagens e dos banhos", contou ela, comentando que Juan Pedro está "muito mais calmo".

A terapeuta Rozely Fontoura, que acompanha as mães depois dos workshops, disse que a massagem shantala é especialmente útil, já que produz endorfinas e reduz o cortisol, um hormônio que provoca estresse.

"Os bebês com microcefalia geralmente são muito irritadiços, são sensíveis a estímulos, ficam muito irritados e são difíceis de acalmar", explicou. "Por isso a produção (de endorfinas) e a redução de cortisol ajudam muito."

Não está provado que o vírus da zika, que vem se disseminando rapidamente pelas Américas, causa microcefalia em bebês, mas há indícios crescentes que apontam para uma ligação. A doença é caracterizada por cabeças anormalmente pequenas e pode provocar problemas de desenvolvimento.

O Brasil disse ter confirmado mais de 900 casos de microcefalia, e acredita que a maioria deles está relacionada às infecções de zika em gestantes. O país ainda investiga quase 4.300 outros casos suspeitos de microcefalia.



**Canguru também é usado por mães de bebês com microcefalia para manter o filho firme ao peito materno para conforto ao longo do dia**



**Banhos quentes em balde que imita o ventre materno é usado por Daniele Santos para aliviar desconforto de seu bebê com microcefalia**

**Assunto: Filha de vereador de município na Mata Sul de PE desaparece, diz família**

**Fonte:** Portal G1 PE

**Data:** 31/03/2016



Jovem está desaparecida desde a segunda (28); caso foi registrado na polícia. Mãe de adolescente diz que filha mantinha contato com mulher por telefone.



**Adolescente desaparecida em Palmares foi vista na rodoviária em um ônibus para Caruaru**

Está desaparecida desde a segunda-feira (28) a adolescente de 15 anos Bruna Tayane Santana, filha do vereador de Palmares, Abraão José dos Santos - conhecido como Abraão Machante. Ao **G1**, a merendeira Edineide Santana, mãe da jovem, informou nesta quarta-feira (30) que a filha "vinha mantendo contato com uma mulher por telefone".

De acordo com a mãe, Bruna teria conhecido essa mulher - que morava no Recife - via internet. Edineide contou que no mesmo dia em que a filha desapareceu, registrou a ocorrência na Delegacia de Polícia Civil do município.

"Eu estava trabalhando quando ela saiu de casa. Os vizinhos me informaram que ela estava com uma bolsa e foi para a rodoviária com destino a Caruaru. Desde então ninguém a viu mais", explicou a merendeira.

O **G1** entrou em contato com a Delegacia de Polícia Civil de Palmares e nos foi informado que no local não há nenhum registro do caso.

"Até o momento, ninguém da polícia me deu retorno. Estou pedindo para que as pessoas compartilhem as fotos da minha filha e liguem para a delegacia, caso saibam de alguma coisa", pediu a mãe.



**Bruna estava em contato com uma mulher antes de desaparecer, diz mãe da adolescente**

<b>Assunto: STF pode decidir sobre aborto em casos de microcefalia</b>
<b>Fonte: IBDFAM</b>
<b>Data: 31/03/2016</b>



Em 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados sobre o aborto no Brasil. A primeira estimativa sobre o tema revelou que mais de 1 milhão de brasileiras entre 18 e 49 anos podem ter feito aborto, ao menos uma vez na vida. A pesquisa não questionou em que condições cada gestação foi interrompida.

Atualmente, a lei brasileira permite a interrupção da gravidez somente quando a mulher é vítima de violência sexual, quando a gestação oferecer risco para a saúde da mãe ou em casos comprovados de feto anencéfalo. Este último, desde a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADPF 54, em 2012.

Agora, mais uma vez, caberá à Suprema Corte bater o martelo sobre o aborto no Brasil. Isso porque a ameaça provocada pelo vírus Zika, em que muitas crianças podem nascer com microcefalia, reacendeu o debate e o mesmo grupo que levou a ADPF 54 ao STF vai propor ação pedindo o direito à interrupção da gestação.

À frente do grupo está a antropóloga Débora Diniz. Ela explica que não se trata de defender uma ação para autorização da interrupção da gravidez em caso de microcefalia do feto. “Esse não é o objeto da ação judicial que planejamos”, diz.

Segundo ela, também não se trata de autorizar a interrupção da gestação com base em um juízo sobre a qualidade do feto, pois “não cabe ao Estado definir a quais fetos as mulheres poderiam exercer seu direito de escolha”.

“Trata-se de reconhecer que diante dos graves e injustos efeitos que a epidemia tem nas mulheres, o Estado deve garantir a proteção social a qualquer das escolhas reprodutivas: acesso à interrupção da gestação para as que assim o desejarem, e políticas sociais focalizadas para aquelas que decidirem prosseguir e tenham filhos com deficiência”, afirma.

No entanto, segundo Débora, no contexto de epidemia do vírus Zika, o direito à interrupção da gestação se justifica pela tortura psicológica e o desamparo impostos à mulher pela gravidez em tempo de epidemia, cujas consequências à sua saúde ou à de seu futuro filho ainda são desconhecidas.

“O estado atual do conhecimento médico sobre a infecção do vírus Zika não consegue responder a perguntas básicas das mulheres: em que circunstâncias a infecção tem efeitos nos fetos; em que período gestacional esses efeitos podem ocorrer; se a infecção pode também trazer riscos à sua própria saúde; se o feto poderá a ter óbito intraútero ou morrer logo após o nascimento. Enfrentar essas perguntas diante de uma gestação compulsória é uma situação de tortura psicológica às mulheres, que possivelmente causa graves danos à sua saúde física, psicológica e social”, diz.

No início de fevereiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o Zika Vírus é uma emergência de saúde pública de importância internacional. A emergência, segundo a diretora-geral da entidade, Margaret Chan, “não é pelo Zika Vírus em si, mas por sua associação com a microcefalia e outros transtornos neurológicos, como a síndrome de Guillain-Barré”. Para Débora, as consequências que a infecção traz para a vida e a saúde das mulheres também devem ser reconhecidas pelo Estado brasileiro.

**Assunto: Evento em Porto Alegre vai debater perspectivas relacionadas à alienação parental**

**Fonte: IBDFAM**

**Data: 31/03/2016**



O debate sobre alienação parental é sempre necessário, uma vez que é tema recorrente nos processos das Varas de Família, cuja ocorrência fere direito fundamental da criança e do adolescente de convivência familiar saudável, prejudicando o vínculo de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constituindo, ainda, abuso moral contra a criança ou o adolescente, pelo descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Esta é a visão da advogada Melissa Telles Barufi, presidente do Instituto Proteger, entidade que vai promover o "III Fórum Nacional de Debates sobre Alienação Parental: perspectivas processuais e procedimentais", em 15 de abril, no auditório da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Fadergs/Riachuelo), em Porto Alegre.

O objetivo é levantar e apontar, por meio de debates avançados, problemas e soluções dentro das áreas envolvidas com a alienação parental. O mês escolhido para o evento não é por acaso. Mas para contribuir com a "Semana de Combate de Alienação Parental", que visa chamar a atenção para o 25 de abril, que é o Dia Internacional de Conscientização contra a Alienação Parental.

O Instituto Proteger atua para garantir a efetividade dos direitos fundamentais de proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, frente aos conflitos familiares. Segundo Melissa, assim como o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) - entidade apoiadora da iniciativa e da qual ela é presidente da Comissão da Infância e Juventude -, o Proteger acredita que a divulgação de conhecimento representa importante instrumento de transformação e conscientização. "É por isso que promover um diálogo interdisciplinar, agregando abordagens teóricas e práticas, é essencial para avançarmos na geração do conhecimento", disse.

### **Mudanças legislativas**

Sobre a recente exigência de um profissional para auxiliar o trabalho dos juízes nas ações que envolvem alienação parental, com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, Melissa Barufi acredita que o reconhecimento legislativo da necessidade de o juiz atuar acompanhado de um profissional especializado, sem dúvida é um ganho. Ela argumenta, porém, que é necessário pensar sobre como este procedimento será feito na prática, já que existem muitas dúvidas sobre a atuação da equipe multidisciplinar, e, para ela, parece que o CPC de 2015 foi bastante tímido neste esclarecimento. O Código prevê de forma pontual no artigo 699 que "quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar acompanhado por especialista". A doutora em psicologia, Sandra Baccara, tratará do assunto durante o

evento. Ísis Boll Bastos, integrante da Comissão Científica do Fórum, esclarece que o CPC de 2015, ao incluir um capítulo específico para as ações de família, mostra a necessidade de tratar de maneira diferenciada a tutela das relações familiares.

Ela concorda que especificamente no que se refere à alienação parental, houve pouco avanço. “Desse modo, novos desafios surgem para a instrumentalidade processual do Direito de Família e de forma mais intensa ao Direito da Criança e do Adolescente, o que acarreta a necessidade de unir a transdisciplinaridade a esse contexto. Nesse sentido, o Fórum trará para o debate especialistas em Processo Civil, Processo Penal e, ainda, a perspectiva da Responsabilidade Civil, para se discutir os desafios e o papel dos profissionais diante da alienação parental”, afirma.

Segundo Ana Carolina Quintela, também integrante da Comissão Científica, ainda em relação à importância da interdisciplinaridade, o evento vai discutir dois aspectos procedimentais trazidos pelo NCPC, fundamentalmente, em relação à mediação e a importância da participação da equipe multidisciplinar. Para isso, esses temas serão tratados por palestrantes da área da Psicologia e Mediação.

### **Trabalhos científicos**

Um dos destaques do evento é o espaço aberto para profissionais e acadêmicos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu apresentarem oralmente seus trabalhos científicos sobre a temática central. Segundo a coordenação, a intenção da comissão técnica, ao construir o edital para apresentação de trabalhos científicos, foi criar um espaço para a promoção de conhecimento e, a partir da discussão do tema, a possibilidade de criar enunciados pensados pelos participantes. “Dada a importância da temática e dentro do mês que combate a alienação parental, entendemos como fundamental produzir esse resultado para termos parâmetros para discussões futuras e conferir cientificidade ao debate”, garantiu Ísis Boll Bastos. O edital está disponível aqui.

### **Inscrições**

A taxa de inscrição para membros do Instituto Proteger e do IBDFAM, assim como para os alunos da Fadergs, é R\$10,00. Para o público externo o valor é R\$ 20,00. As inscrições podem ser feitas em [www.institutoproteger.org](http://www.institutoproteger.org). A expectativa da organização é que participem juristas, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares, mediadores e demais interessados na reflexão e construção de caminhos seguros para trabalhar este importante tema e efetivar a proteção integral de crianças e adolescentes.

**Assunto: Pernambuco terá espaço voltado a vítimas de violência e seus filhos**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 31/03/2016



Um espaço voltado às necessidades das mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos de até 18 anos. Um local onde, por quatro meses, elas possam se sentir seguras e recomeçar a vida, apoiadas por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais como psicólogos, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, entre outros. Essa é a proposta da Casa Abrigo Modelo Jeruza Mendes, a primeira do estado erguida com essa finalidade. O projeto foi lançado ontem, em solenidade com a participação do governador Paulo Câmara. O equipamento passa a funcionar no início de abril. Foram dois anos e meio para construir a edificação, de endereço preservado por questões de segurança. Nesse período, também foram agilizados trâmites como liberações do terreno e de recursos. O investimento na iniciativa foi de R\$ 1,7 milhão, com recursos federais e estaduais.

O governo do estado realizou, ontem, a entrega simbólica do abrigo, que vai oferecer brinquedoteca, atendimento psicossocial, espaço de convivência, auditório e refeitório. O espaço terá 25 funcionários. A casa deverá atender mulheres com risco iminente de morte por violência doméstica, que estão sofrendo ameaças.

Para serem acolhidas, elas precisam ter medida protetiva solicitada por uma delegacia e representação criminal assinada também em delegacia, segundo explica Bianca Rocha, 42, diretora geral de Enfrentamento à Violência da Secretaria da Mulher.

Pernambuco conta, hoje, com quatro casas abrigo espalhadas em pontos estratégicos. O estado vai continuar com quatro espaços desse tipo, porque um deles será desativado e suas ocupantes transferidas para a Casa Abrigo Modelo Jeruza Mendes. Cada espaço tem capacidade para acolher 20 famílias. São cinco alojamentos em cada casa abrigo, com quatro famílias por alojamento. O objetivo da Secretaria da Mulher em 2016 é transformar as outras três casas em modelo, porque são espaços comuns adaptados. A secretária Sílvia Cordeiro ressaltou a importância de proteger as pernambucanas dando-lhes condições para buscar o empoderamento. Para ela, “Pernambuco tem história libertária e, apesar de ainda ser um estado machista, inovou e teve a coragem de instituir uma secretaria para as mulheres”.

“Um estado como Pernambuco escolher priorizar essa política é um grande símbolo para as novas gerações de gestores”, disse a secretária. Ela fez a entrega de seis veículos para os Centros de Atendimento Especializado para a Mulher. Ao todo, 36 centros assistem à mulher em situação de violência de gênero, na Região Metropolitana, Mata, Sertão e Agreste.

**Assunto: Em parceria com UNAIDS, ‘Malhação’ terá série original no Gshow sobre casais sorodiferentes**

**Fonte: ONU**

**Data: 31/03/2016**



Será lançado neste sábado (2) o primeiro de cinco episódios da nova série ‘Eu Só Quero Amar’, cujo tema central será a vida de casais sorodiferentes – quando um dos parceiros vive com HIV e o outro não. “Pela primeira vez na história da televisão brasileira, estamos indo além de prevenção, testagem e tratamento do HIV. Estamos falando também de sexualidade, estigma e discriminação – e diretamente para o público jovem, que é o mais afetado hoje no país”, disse Georgiana Braga-Orillard, diretora do UNAIDS no Brasil.



**A série é fruto de uma parceria entre o UNAIDS e a Globo**

A ‘Malhação’ vai lançar neste sábado, 2 de abril, uma nova série original chamada ‘Eu Só Quero Amar’, cujo tema central será a vida de casais sorodiferentes – quando um dos parceiros vive com HIV e o outro não.

A série, um misto de documentário e ficção, é fruto da parceria entre o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e a área de Responsabilidade Social da Globo, iniciada com o lançamento da campanha ‘Viver Melhor’, em setembro de 2015.

O ponto de partida da série é o casal Henrique e Camila, interpretado pelos atores Thales Cavalcanti e Manuela Llerena. Henrique vive com HIV (por transmissão de mãe para filho) e namora Camila na trama da novela. Depois de uma história conturbada e cheia de obstáculos, os dois resolveram bancar a relação, enfrentando até mesmo a resistência dos pais de Camila.

O objetivo da série é aprofundar para o público jovem o debate sobre esta relação e principalmente sobre a vida de um casal sorodiferente, desde os desafios no convívio social – como enfrentamento do estigma e da discriminação – até a vivência de uma sexualidade saudável e bem informada.

Desde o final de dezembro, o UNAIDS tem prestado consultoria à produção da novela ‘Malhação’ para apoiar o autor da trama, seus roteiristas e produtores tanto no refinamento da linguagem quanto nas sugestões de temas e histórias reais capazes de apoiar as cenas com os personagens envolvidos direta e indiretamente com a questão do HIV na novela.

“Pela primeira vez na história da televisão brasileira, estamos indo além de prevenção, testagem e tratamento do HIV. Estamos falando também de sexualidade, estigma e discriminação – e diretamente para o público jovem, que é o mais afetado hoje no país”, afirma Georgiana Braga-Orillard, diretora do UNAIDS no Brasil. “Estamos muito felizes que Emmanuel Jacobina tenha iniciado o debate e que, juntos, tenhamos conseguido aprofundá-lo desta forma. A parceria com o Gshow na criação desta série veio coroar este esforço de uma forma muito especial.”

“Nossa estratégia é mobilizar o país para temas socialmente relevantes. Assim, a parceria com o UNAIDS é fundamental para que essa mensagem de respeito, tolerância, esclarecimento e de harmonia no convívio entre casais sorodiferentes alcance o maior número possível de pessoas e assim contribua para mudanças positivas de comportamento,” destacou Bia Azeredo, diretora de Responsabilidade Social da Globo.

Cada sábado do mês de abril contará com um novo episódio da série, totalizando cinco episódios. Inspirada na obra de Emanuel Jacobina – autor desta temporada ‘Malhação – Seu Lugar no Mundo’ –, a série para a internet tem como roteiristas Filipe Lisboa e Giovana Moraes, e colaboração de Gabriel Estrêla (Projeto Boa Sorte), jovem ator, cantor e diretor vivendo com HIV. A direção geral é de Leonardo Nogueira. A produção também contou com apoio de consultoria do UNAIDS Brasil.

**Assunto: Um recomeço para os refugiados sírios no Brasil**

**Fonte: ONU**

**Data: 31/03/2016**



Cerca de 2,1 mil refugiados sírios vivem atualmente no Brasil – a maioria em São Paulo, a maior cidade do país, com uma população de 11,2 milhões de pessoas. É o caso de Hanan Dacka, de 12 anos, e seus irmãos Mostafá e Yara, que junto com seus pais percorreram um longo e difícil caminho até se reunirem novamente. Essas e outras vidas podem ter sido salvas por iniciativas como o programa de visto humanitário do Brasil, que contam com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Confira a história de Hanan e de sua família nesta matéria especial.



**Hanan Dacka (no centro), 12 anos de idade, estuda ao lado de suas novas amigas brasileiras em uma escola pública no centro de São Paulo**

Hanan Dacka, 12 anos de idade, escuta com atenção enquanto sua professora, na escola pública Duque de Caxias em São Paulo, designa atividades em grupo sobre o mosquito *Aedes aegypti* e seu papel na transmissão do vírus zika.

Momentos depois, Hanan se aproxima de Maria Luiza e Andressa, duas novas amigas que ela fez desde que começaram suas aulas no 5º ano B, há apenas dois dias. Elas então começam a fazer a atividade de classe proposta e, entre conversas e risadas, preenchem a tarefa.

“Eu amo estar no Brasil”, disse com um grande sorriso a refugiada síria. “Eu estou muito feliz por estar aqui. Eu tenho meus amigos aqui e minha professora é a melhor.”

Após quatro anos de guerra, Hanan, seu pai Khaled, sua mãe Yusra, seu irmão Mostafá e a pequena irmã Yara vieram para esta grande cidade há pouco mais de um ano, sob programa de visto humanitário do Brasil, que oferece àqueles que fogem do conflito na Síria a possibilidade de um recomeço.

Desde 2013, consulados e embaixadas brasileiras no Oriente Médio têm emitido vistos especiais em processos simplificados para permitir que sobreviventes de guerra possam viajar para o maior país da América Latina e solicitar refúgio assim que chegarem.

Apesar da distância geográfica, o governo brasileiro estendeu recentemente sua política de “portas abertas” por mais dois anos, para dar a mais pessoas a chance de reconstruir suas

vidas após fugirem da guerra que já matou pelo menos 250 mil pessoas e levou mais de 5 milhões ao exílio.

Originalmente de Idlib, no nordeste da Síria, o pai de Hanan, Khaled, 40 anos, foi o primeiro membro da família a chegar ao Brasil, onde todos já tiveram suas solicitações de refúgio concedidas. Sentado em um dos dois sofás marrons em sua sala de estar no centro de São Paulo, ele hesitantemente descreve como a família se refugiou para salvar suas vidas.

Quando a Primavera Árabe chegou à Síria, em 2011, Khaled estava trabalhando em uma casa de câmbio em Idlib. Com a chegada dos protestos, inicialmente pacíficos e que se transformaram em conflito, a cidade histórica rapidamente tornou-se uma linha de frente sangrenta na guerra que já completou seu quinto ano. O controle da cidade sofria com esta amarga luta, passando das forças do governo aos diferentes grupos rebeldes e retornando ao governo.



**Khaled Dacka caminha com seus filhos, Hanan, 12 anos, Yara, 1 ano, e Moustafa, 16 anos, na tarde de um domingo a caminho de um shopping center, em São Paulo**

Após ajudar seus amigos e vizinhos a escapar da violência, Khaled foi preso e acusado de traficar pessoas pelas autoridades sírias – passou 11 meses na prisão, onde ele alega ter sido torturado. Eventualmente, quando foi libertado, recebeu ameaças tanto das autoridades como dos grupos rebeldes, ameaçando-o de morte. Ele tinha de agir rápido.

Com a ajuda de um amigo de infância que servia obrigatoriamente ao exército sírio, ele fez as malas e partiu junto com sua família para a Jordânia – Yusra, sua esposa, que agora tem 35 anos, e seus filhos Mostafá, 16 anos, e Hanan – em um carro que se seguiria outro, transportando os dois homens.

“Se eles fossem me matar, eu não queria que a minha família me visse morrer”, disse Khaled, enquanto coçava sua barba grisalha.

Quando chegaram à Jordânia, após uma grande viagem com 16 paradas em locais de controle militar, a família Dacka se hospedou no campo de refugiados de Zaatari. Segundo Yusra, os dois anos e meio que passaram por lá foram desafiadores. O acesso a água exigia uma longa caminhada e as condições eram difíceis – ao mesmo tempo fazia muito calor durante o dia e um frio congelante durante a noite.

Kamal, o irmão mais novo de Khaled, já havia buscado refúgio no Brasil, onde ele reside já antes da chegada do irmão. Kamal foi quem tomou as devidas providências para que a família de Khaled recebesse os vistos por meio da embaixada brasileira na capital da Jordânia, Amã.

De acordo com o secretário nacional de Justiça e presidente do Comitê Nacional para Refugiados no Brasil (CONARE), Beto Vasconcelos, este sistema de vistos especiais era necessário devido às graves violações de direitos humanos decorrentes da Síria. Ele disse que

este sistema “responde à lógica da proteção por razões humanitárias e considera as dificuldades específicas das zonas de conflito”.



**Secretário nacional de Justiça e presidente do Comitê Nacional para Refugiados no Brasil (CONARE), Beto Vasconcelos**

No ano passado, Khaled foi o primeiro a viajar para tomar as devidas providências para a chegada de sua família, enquanto Yusra – naquele momento grávida de Yara – e as crianças viajaram cerca de quatro meses depois. Quando a família chegou a São Paulo, foi a primeira vez que Khaled viu sua filha mais nova, Yara, que nasceu no campo de Zaatari e agora tem 16 meses de idade.

Khaled, Yusra e seus filhos vivem em um apartamento de um quarto com o irmão mais novo de Yusra, Zaher, sua mulher Nasreen e seus quatro filhos. A família de Khaled já possui status de refugiado, enquanto a recém-chegada família de Zaher acabou de iniciar o processo de solicitação de refúgio.

Os 11 membros da família estão entre os cerca de 2,1 mil refugiados sírios que vivem atualmente no Brasil. A maioria está morando em São Paulo, a maior cidade do país, com uma população de 11,2 milhões de pessoas. Na cidade já existe uma comunidade síria significativa, mesmo antes do início do conflito.

Como o seu antigo emprego na casa de câmbio ficou para trás, Khaled agora trabalha em uma fábrica que produz equipamentos de proteção. Ele foi recentemente promovido a supervisor e opera um forno que produz escudos de acrílico usados pela polícia. Ele diz que está se adaptando bem depois de seu martírio.

“Eu estou feliz de estar trabalhando de novo”, disse ele sorrindo. “Os fornos são quentes, mas nós usamos equipamento de proteção. Não é tão ruim.”

Seu filho Mostafá, de 16 anos, trabalha sete dias por semana em uma loja de acessórios de telefone celular no centro de São Paulo. Ele diz que não se importa de não ter um dia de folga, porque é melhor que seu trabalho anterior, em uma pizzaria.

Hanan se adaptou bem em sua nova sala de aula, depois de enfrentar dificuldades na primeira turma que frequentou porque ela ainda não tinha aprendido o português. Ela reclamou de ter sido tratada de forma inferior tanto por sua professora quanto por seus colegas de classe.

Há apenas quatro dias em sua nova sala, ela já tem um grupo de amigas ao qual está perfeitamente integrada, falando português sem parar na área de atividades físicas da escola. Sua professora, Regina Coeli do Couto, apoiou sua integração.

“As crianças nesta sala de aula não isolam ninguém que é recém-chegado”, disse Coeli de Couto, professora há 35 anos. “Qualquer um que chegar à esta sala de aula será aceito. Eles não a veem como diferente.”

São Paulo apresenta uma série de desafios, desde tráfegos gigantescos na hora do rush a altos níveis urbanos de criminalidade. O Brasil também é mais liberal que a Síria, embora a família

Dacka diz não ter tido dificuldades para se integrar. Enquanto Yusra veste um hijab, Khaled diz que é a escolha de Hanan usar ou não. Ela diz que não tem certeza ainda se usará.

Toda a família diz que ama o Brasil e que planeja ficar aqui, uma vez que eles não conseguem enxergar um fim para a guerra síria, que este mês entrará em seu angustiante sexto ano. “Você volta a ser um ser humano quando chega ao Brasil”, disse Khaled. “Eu nunca me senti tão bem.”

Enquanto a família de 11 membros senta na sala do apartamento que moram em São Paulo para comer uma tradicional mistura de arroz kabsa com salada para o jantar da sexta-feira, Hanan começa a cantar em árabe. Ela está feliz por fazer parte de um coral de crianças refugiadas em uma ONG local, parceira do ACNUR.

“Fala de quando você mata alguém você deve lembrar que ele é seu irmão”, ela conta sobre a letra da música. “É uma canção triste porque a Síria está triste.”

Após o jantar, em um único banheiro pequeno que ela divide com os demais 10 membros da família, Hanan passa um delineador em seus olhos, o mesmo que ela trouxe da Jordânia. Ela disse que no futuro quer ser uma cabeleireira ou maquiadora profissional, ou talvez médica.



**Moustafa (esquerdo), 16 anos, trabalha ao lado de seu chefe libanês, Hassan Salameh, 21 anos, em uma loja de acessórios do telefone no centro de São Paulo**

Hanan frequentemente ajuda a cuidar de Yara. Ela diz que sua irmã é o seu coração e que não pode esperar para ver sua próxima irmã mais nova que nascerá em maio. Yusra também está feliz pela chegada de sua quarta filha, apesar de não poder sair da casa por ter uma gravidez difícil. O nome do bebê será Sara.

Um programa que salvou a vida da família Dacka e outras milhares, promovendo caminhos para admissão de um número significativo de refugiados sírios. O ACNUR, a Agência das Nações Unidas para Refugiados, elogiou a iniciativa, e realizou nesta quarta-feira (30) uma reunião de alto nível sobre o tema, em Genebra.

O representante do ACNUR no Brasil, Agni Castro-Pita, sabe da importância de programas como este. Ele participou recentemente de reuniões com diplomatas canadenses que reassentaram mais de 26 mil refugiados sírios em condições similares, justamente para aprender mais sobre o programa de patrocínio do setor privado e como eles podem trazer mais fundos para ajudar os refugiados, salientando a importância de todos os envolvidos trabalharem juntos.

“Quando uma instituição fornece fundos, não é apenas sobre o financiamento”, diz Castro-Pita. “Colocar os refugiados na agenda – esta é a questão mais importante.”

**Assunto: ONU celebra plano adotado pelo Sudão para acabar com recrutamento de crianças pelas forças armadas**

**Fonte: ONU**

**Data: 31/03/2016**



O Sudão faz parte de uma lista de sete países marcados pela ONU por registrarem casos de alistamento de crianças em forças nacionais de segurança. A nação africana era a única que ainda não havia apoiado a campanha global das Nações Unidas para o tema, “Crianças, Não Soldados”.



**Crianças sudanesas em Darfur**

O governo do Sudão assinou, no domingo (27), um plano de ação para combater o recrutamento e uso de crianças em suas forças nacionais de segurança. O país africano era o último da lista de sete Estados – monitorados pelas Nações Unidas por utilizarem jovens nas forças armadas – que ainda não havia se comprometido em erradicar a prática em acordo com as recomendações da ONU.

A decisão foi celebrada pela representante especial da ONU para Crianças e Conflito Armado, Leila Zerrougui. “O Plano de Ação assinado hoje promoverá um futuro mais protegido para as crianças do país. Espero ansiosamente pela implementação completa (da iniciativa) e reitero meu apoio pleno às autoridades sudanesas para alcançar esse objetivo”, destacou.

A estratégia adotada pelo Sudão prevê uma série de medidas para evitar o envolvimento de crianças em confrontos, incluindo a suspensão do recrutamento e a libertação de crianças integrantes das forças nacionais de segurança.

O governo também se comprometeu a indicar um grupo focal de alto nível para coordenar a execução do programa e colaborar com a ONU a fim de monitorar os progressos.

“Nós vamos trabalhar para promover e proteger os direitos das crianças em áreas de conflito armado e deslocamento. Nós também estamos comprometidos em fortalecer mecanismos existentes que estão incluídos no Ato da Criança de 2010 e na lei das Forças Armadas do Sudão”, disse o ministro sudanês do Bem-Estar Social, Ibrahim Adam Ibrahim.

Com a adoção do plano de ação, o Sudão passa a apoiar a campanha “Crianças, Não Soldados”, uma iniciativa global criada por Zerrougui e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para acabar com o alistamento de crianças em entidades militares dos Estados.

Além do Sudão, outros seis países estão envolvidos na campanha por ainda apresentar casos de recrutamento de jovens em forças nacionais: Afeganistão, República Democrática do Congo, Mianmar, Somália, Sudão do Sul e Iêmen.

O Chade fez parte desta lista – elaborada pelo próprio secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon – até julho de 2014, quando preencheu os requisitos para ser retirado desse grupo de Estados.

“Vinte anos após meu mandato ter sido criado, governos em todo o mundo concordaram agora que crianças não devem ser associadas às forças nacionais de segurança em conflito”, destacou Zerrougui.

<b>Assunto: Programa Artigo 5º debate reabilitação de menores</b>
<b>Fonte: Supremo Tribunal Federal</b>
<b>Data: 31/03/2016</b>



Educação e cursos profissionalizantes podem ajudar a reabilitar adolescentes em conflito com a lei, mas é preciso investir na estrutura das unidades de internação. No caso de adolescentes em conflito com a lei, não é estabelecida uma pena e sim uma medida socioeducativa, que deve ser cumprida, dependendo do caso, em estabelecimento apropriado. Mais de 23 mil adolescentes cumprem medidas de restrição de liberdade em todo o país. Mas quem são esses meninos e meninas, e o que fazer para que eles não voltem a cometer infrações? Este é o tema do programa Artigo 5º.

Uma das convidadas do programa é a juíza Célia Regina Lara, titular do Juizado da Infância e Juventude de Luziânia (GO). Ela lida com menores no dia a dia e diz que projetos de reabilitação fazem toda a diferença. Natália Pereira, assistente social e doutoranda em Política Social na UnB, também participa do programa Artigo 5º, e reforça a necessidade da educação e de cursos profissionalizantes para adolescentes.

Exibições:

Inédito: 30/3, às 21h.

**Reapresentações:** 31/3, às 12h30; 1/4, às 10h; 2/4, às 7h30; 3/4, às 7h; 4/4, às 12h30; e 5/4, às 13h30.

**Assunto: Nova edição da Jurisprudência em Teses aborda medidas socioeducativas**

**Fonte:** Superior Tribunal de Justiça

**Data:** 31/03/2016



A 54ª edição da Jurisprudência em Teses está disponível para consulta no *site* do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o tema *Medidas Socioeducativas*. Baseada em precedentes dos colegiados do tribunal, a Secretaria de Jurisprudência destacou duas dentre as várias teses existentes sobre o assunto.

A primeira tese aponta que é possível a incidência do princípio da insignificância nos procedimentos que apuram a prática de ato infracional.

Já a segunda tese registra que a internação-sanção, quando imposta em razão de descumprimento injustificado de medida socioeducativa, não pode exceder o prazo de três meses.

### **A ferramenta**

Lançada em maio de 2014, a ferramenta apresenta diversos entendimentos do STJ sobre temas específicos, escolhidos de acordo com sua relevância no âmbito jurídico.

Cada edição reúne teses de determinado assunto que foram identificadas pela Secretaria de Jurisprudência após cuidadosa pesquisa nos precedentes do tribunal. Abaixo de cada uma delas, o usuário pode conferir os julgados mais recentes sobre o tema, selecionados até a data especificada no documento.

Para visualizar a página, clique em [Jurisprudência > Jurisprudência em Teses](#), no *menu superior* da *homepage* do STJ.